



CAMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2013 (Do Sr. Rodrigo Maia)

Requer seja convidado o Sr. Garibaldi Alves Filho, Ministro de Estado da Previdência Social, para prestar esclarecimentos sobre irregularidades e prejuízos acumulados pelos Regimes Próprios de Previdência dos Estados e dos Municípios.

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Excelência, com base no art. 24, VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convidado o Sr. Garibaldi Alves Filho, Ministro de Estado da Previdência Social, para prestar esclarecimentos neste órgão técnico sobre irregularidades e prejuízos acumulados pelos Regimes Próprios de Previdência dos Estados e dos Municípios.

JUSTIFICATIVA

Reportagem do *Estado de S. Paulo*, de 11 de novembro de 2013, informa que levantamento do Ministério da Previdência, feito a pedido do diário, indicou prejuízo de R\$ 528 milhões em aplicações dos Regimes Próprios de Previdência dos Estados e dos Municípios (RPPs) nos últimos anos.

Segundo o *Estado*, “o relatório aponta que, neste ano, auditorias conduzidas pela pasta identificaram que ‘fundos estariam potencialmente sendo

8298EAE243

8298EAE243



utilizados para desvios de recursos' e 'colocando em risco a solvência de todo o sistema'. Os nomes desses fundos não foram divulgados".¹

Ainda de acordo com a reportagem, "entre as irregularidades identificadas nos RPPs estão o direcionamento de investimentos para fundos criados apenas para explorar a conta do Estado ou município, aplicação de mais recursos do que o permitido pelas regras do mercado financeiro e a utilização de fundos considerados de alto risco".

A lista de investimentos suspeitos e outras irregularidades assinala o envolvimento dos RPPs com: apropriação indébita, pagamento indevido de benefícios, falsidade ideológica, utilização indevida de recursos, improbidade administrativa, investimentos que causaram prejuízos e até a inclusão de ocupantes de cargos de livre nomeação entre os beneficiários.

Cumprir lembrar que a Previdência Social sempre padeceu, ao longo dos tempos, de problemas de gerenciamento e de desvio de recursos. Enquanto em alguns Estados e Municípios já existe uma poupança acumulada, gestão profissional e até superávits nos regimes próprios, em outros a situação é calamitosa, faltando dinheiro para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários no presente e no futuro.

Recentemente, a Polícia Federal deflagrou a Operação Miquéias para cumprir 27 mandados de prisão e 75 de busca e apreensão no Distrito Federal e em nove estados do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Maranhão, Amazonas e Rondônia. De acordo com a PF, o objetivo da operação foi desarticular uma organização criminosa acusada de má gestão de recursos de entidades previdenciárias.

Pelo exposto, percebe-se que são constantes as irregularidades nos RPPs. E a gravidade desses fatos justifica a atuação institucional do Congresso Nacional, sendo esta Comissão de Finanças e Tributação um dos foros

¹ <http://m.estadao.com.br/noticias/impreso,fundos-de-servidores-nos-estados-e-municipios-tem-prejuizo-de-r-528-mi-,1095393,0.htm>



CAMARA DOS DEPUTADOS

adequados para que o Ministro de Estado da Previdência Social esclareça os problemas de gestão e de corrupção nos RPPs.

Assim, em nome da transparência e da moralidade na gestão pública, do respeito ao erário e do bem-estar da sociedade brasileira é que apresentamos o presente requerimento de convite e solicitamos o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala da Comissão, em de novembro de 2013.

**Deputado RODRIGO MAIA
DEMOCRATAS/RJ**

8298EAE243
8298EAE243